

O planejamento educacional em Mazagão-AP: um olhar sobre o Plano Municipal de Educação

Magno dos Santos Braga

Universidade Estadual do Ceará - UECE

Francisco Horácio da Silva Frota

Universidade Estadual do Ceará – UECE

Resumo

Este artigo é oriundo da Dissertação de Mestrado intitulada: O Planejamento educacional em Mazagão-AP: um olhar sobre o Plano Municipal de Educação (PME/Mz) no triênio (2015-2017) que teve como escopo principal apresentar o resultado do estudo sobre a implementação das Metas e Estratégias deste documento, onde foi dada relevância ao cenário que precedeu tal política pública e os três primeiros anos de sua aplicação, sem a pretensão de apresentar avaliações e resultados definitivos no recorte temporal estabelecido. Neste estudo estão contidos os objetivos: a) pesquisar as relações entre o Estado, o Governo e as Políticas Públicas; b) investigar como a implementação das Estratégias educacionais do PME/Mz no o triênio (2015-2017) ocorreram de forma a atingirem as Metas previstas na referida Lei; e, c) Diagnosticar as ideias, objetivos, resultados e perspectivas do referido plano. Os resultados apontaram para Metas e Estratégias que se alcançaram em partes e outras que estão longe do que foi projetado.

Palavra-chave política pública educacional; plano municipal de educação.

Abstract

This article comes from the Master's Dissertation titled: Educational Planning in Mazagão-AP: a look at the Municipal Education Plan (PME / Mz) in the triennium (2015-2017), whose main purpose was to present the results of the study on implementation of the Goals and Strategies of this document, where relevance was given to the scenario that preceded this public policy and the first three years of its application, without the intention of presenting definitive evaluations and results in the established time frame. In this study are contained the objectives: a) to investigate the relations between the State, the Government and the Public Policies; b) to investigate how the implementation of the Educational Strategies of PME / Mz in the triennium (2015-2017) occurred in order to reach the Goals established in said Law; and, c) Diagnose the ideas, objectives, results and perspectives of said plan. The results pointed to Goals and Strategies that were achieved in parts and others that are far from what was projected.

Key-word educational public policy; municipal plan of education.

Introdução

O Brasil em seu decurso histórico vem organizando a sua forma de Estado através de textos constitucionais. Desde o ano de 1824 quando foi promulgada a primeira Constituição Federal (CF), há esforços no intuito de organizar os diversos setores sociais como é o caso da educação. A revolução de 1930 traz consigo um conjunto de pensadores e ideias que culmina no movimento dos pioneiros da escola nova, que segundo Menezes (2001) “Refere-se a um documento escrito por 26 educadores, em 1932, com o título ‘*A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo*’. Circulou em âmbito nacional com a finalidade de oferecer diretrizes para uma política de educação”. Nesse contexto surgiu a terceira constituinte brasileira, 1934.

O primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) brasileiro surgiu como política pública, transcorridos 69 (sessenta e nove) anos de sua idealização pelos percussores da escola nova e 13 (treze) anos após a promulgação da constituinte em vigência. Aprovado pela lei federal número 10.112 de 9 de janeiro de em 2001. Durante um período de aproximadamente três anos o Brasil não contou com um plano de educação até ser promulgada a lei 13.005 de 25 de junho de 2014, este é o segundo PNE brasileiro. Ele traz em sua redação a obrigatoriedade para que Estados e Municípios façam seus referidos planos no prazo máximo de um ano a contar de sua aprovação. Neste cenário, o Estado do Amapá em 24 de junho de 2015 promulga a lei estadual 1.907, que aprova o seu primeiro Plano Estadual de Educação (PEE), transcorridos 27 (vinte e sete) anos da promulgação da constituição cidadã. Embalado pela obrigatoriedade trazida pelo PNE (2014-2024). O município de Mazagão no mesmo dia e ano que o Estado, aprova a lei municipal nº 352 de 2015, desse modo, constituindo-se no primeiro Plano Municipal de Educação (PME) deste ente federado.

Os planos de educação em síntese pregam a qualidade do ensino e para que isso seja alcançado, são construídos sobre três vertentes: universalização do ensino, onde todas as pessoas tem o direito a frequentar uma unidade escolar; erradicação do analfabetismo, todos tem direito em aprender os conteúdos elementares e o financiamento educacional que consiste em repasses legais para que as redes de ensino possam se organizar e oferecer uma educação de qualidade.

Ao se propor pesquisar o planejamento educacional em Mazagão com um olhar para o Plano Municipal de Educação no triênio (2015-2017) almeja-se pesquisar os dois maiores problemas do sistema educacional brasileiro que persiste há décadas: a universalização do ensino e a erradicação do analfabetismo. É preciso ter em mente que esse documento é novo no ordenamento jurídico deste local.

O presente trabalho tem como escopo geral, investigar como a implementação das estratégias educacionais do Plano Municipal de Educação do Município de Mazagão-AP no triênio (2015-2017) ocorreram de forma a atingirem as Metas previstas, no que concerne a universalização da educação básica e erradicação do analfabetismo. O objetivo geral originou objetivos específicos, a saber: pesquisar as relações entre o Estado, o Governo e as Políticas Públicas Educacionais; investigar como a implementação destas estratégias ocorreram de forma a atingirem as Metas previstas no referido Plano e Diagnosticar as ideias, objetivos, resultados e perspectivas do Plano Municipal de Educação do Município de Mazagão-AP.

Trilhar metodológico

A seleção dos Agentes envolvidos pelo PME ocorreu por seu grau de envolvimento ou importância na implementação do referido plano. Feito a seleção, foi realizado a separação deles em dois grupos, a saber, grupo gestor do plano municipal de educação de Mazagão: Ex-Secretário e atual Secretário de Educação do Município, Diretores Escolares, Professores e Coordenadores Pedagógicos. O outro grupo compreende os usuários do Sistema de Ensino: Alunos e Famílias (comunidade local).

Foram aplicados questionários para a seguinte amostra: 02 (dois) secretários de educação, um em exercício e outro anterior; 08 (diretores escolares), distribuídos em 03 (três) creches, 05 (cinco) pré-escolas, 04 (quatro) escolas de ensino fundamental I (que corresponde do 1º ao 5º ano do ensino fundamental), 01 (uma) escola particular de Ensino Fundamental I.

Responderam aos questionários também, 24 professores e Pedagogos (coordenadores pedagógicos)² das escolas já citadas, portanto, desde o maternal ao 5º ano do Ensino Fundamental. Ao serem recolhidos os questionários a amostra abrangida das Séries/Anos/modalidades foi: creche: 2º maternal; Pré-escola: 1º e 2º período; Ensino Fundamental: 1º, 3º, 4º e 5º anos. Desse modo, os únicos docentes que não foram alcançados por esta pesquisa foram os do 1º maternal, 2º ano do Ensino Fundamental e do Ensino Fundamental I da EJA³.

Também foram aplicados questionários a 65 alunos do 5º ano do Ensino Fundamental de 03 (três) escolas que oferecem esse ano, pelo fato de serem os discentes que farão a Prova Brasil e, por conseguinte, serem os responsáveis por gerarem o IDEB das escolas, junto com o índice de aprovação do seu estabelecimento de ensino, esse quantitativo de alunos corresponde a 27% (vinte e sete por cento) de alunos matriculados no referido ano/série em 2019, pois segundo a Secretaria Municipal de Educação do Município de Mazagão (SEMED/Mz), neste respectivo ano estavam matriculados 238 (duzentos e trinta e oito) discentes, no 5º ano.

Foram entrevistadas 18 famílias da sede do município de Mazagão, Distrito de Carvão situado a 8,7 km da sede e a Vila de Mazagão Velho, que fica a 29,3 km. Dessa maneira, ficam delimitadas as amostras e o local da pesquisa.

Resultados e discussão

Uma das características do plano municipal de educação de Mazagão é o fato de envolver de maneira isonômica sujeitos que ocupam diferentes papéis e funções no meio educacional. De maneira sintetizada, pretende-se demonstrar a visão de cada um, nos aspectos que abordam a universalização da educação e a erradicação do analfabetismo. Para tanto, dividiu-se os atores em dois grupos, a saber, gestores: secretários de educação,

¹ O somatório por Série/Ano/modalidade são superiores ao número de escolas pelo fato de, às vezes, uma unidade de ensino oferecer mais de um nível de ensino. Uma escola da rede privada indeferiu o pedido de aplicação de questionários, através de sua Diretora Regional. A escola de Mazagão Velho oferece os três níveis de ensino.

² Professores e pedagogos responderam ao mesmo questionário.

³ O município desativou a oferta da Educação de Jovens e Adultos de sua Sede no ano de 2012 e reativou em 2019, esse público ficou sendo atendido por uma escola da Rede Privada de Ensino.

diretores escolares, professores e coordenadores pedagógicos; usuários do sistema de ensino: alunos e famílias.

Os Gestores do Sistema Municipal de Ensino

O grupo gestor sintetiza a ideia de governo, ou seja, compete a eles executar a política pública educacional no município de Mazagão. Iniciando pelo Secretário Municipal de Educação, o qual possui a maior hierarquia administrativa nesta área educacional.

Nesse momento, serão levadas em consideração as respostas do atual secretário de educação do município o qual será denominado de Secretário A e do qual o antecedeu que receberá a nomenclatura de Secretário B. Nas convergências de ideias serão trabalhadas as duas simultaneamente e na divergência serão trabalhadas em separado. As respostas são oriundas da aplicação de questionário.

Em relação às questões do plano municipal de educação do município de Mazagão de maneira geral foram feitos alguns questionamentos. O primeiro foi saber se eles consideram o Plano Municipal de Educação de Mazagão (PME/Mz) como uma Política Pública necessária para diminuir/corrigir problemas educacionais que persistem há anos. Em resposta obteve-se: “Sim, é necessário, pois foi construído buscando o apoio da sociedade civil e educacional, foram propostas metas a serem alcançadas até um prazo que possamos ter um resultado esperado nesse período”. (Secretário A). “Sim, considero, na minha concepção ele é como se fosse uma agenda de anotações prioritárias, ele é a voz dos envolvidos em busca de uma educação de qualidade.” (Secretário B).

Nas respostas é possível analisar o caráter de política pública social do PME/Mz, por ser construído de maneira democrática, envolvendo os mais diversos atores, assim, há representações na participação, deliberação e efetividade destas instituições como aponta Avritzer (2011). Desde a sua construção esse documento é pensado pela da sociedade civil organizada com o intuito de trazer melhorias para a educação como um todo, desde a inclusão de alunos até a construção de novos espaços escolares.

No que refere a universalização do ensino da creche ao 5º ano do ensino fundamental foram feitas perguntas direcionadas e a primeira foi saber quais os três maiores obstáculos à época de suas gestões para oferecer educação a todos os alunos em idade escolar própria.

Começando pela educação infantil mais precisamente (ensino maternal), falta de ambiente apropriado para atender toda a demanda no ensino de primeiro e segundo período, podemos dizer que quase sua totalidade de criança na faixa etária de 4 a 5 anos e onze meses estão dentro do sistema municipal. (Secretário A)

- 1- Dificuldade orçamentária em contratação de mão de obra;
- 2- As questões geográficas, pois o município tem mais de 100 comunidades, junte-se a isto, muito difícil acesso;
- 3- Contratação de transportador e transporte para as comunidades mais longínquas. (Secretário B)

Essas respostas podem ser consideradas como válidas a partir dos números de matrículas do Censo escolar de 2017 e da PNAD-Educação (2016 e 2017), mas se for levado em consideração que o Censo Demográfico utilizado para os cálculos é do ano de 2010, ou

seja, tem uma defasagem de (nove) anos. Os dados obtidos precisam ser tratados com cautela. Referente ao orçamento, novamente se coloca como uma das dificuldades enfrentadas. Outro fator desfavorável é a geografia, hidrografia e relevo de Mazagão, fazendo com que existam escolas de difícil acesso, dificultando as ações das políticas públicas.

Também foram aplicados questionários a 8 (oito) diretores das 9 (nove) escolas que fizeram parte da pesquisa. Após a tabulação das perguntas fechadas e análise de conteúdo das perguntas abertas foi possível chegar a uma Síntese Interpretativa, conforme Minayo (2009).

O primeiro destaque deve-se ao fato dos diretores escolares como um dos gestores do sistema de ensino, em sua maioria, não conhecerem ou não terem tido acesso ao PME/Mz decorridos quatro anos da promulgação deste documento pela câmara de vereadores. Em resposta aos questionários, disseram que é preciso dar mais publicidade ao documento.

Quando perguntado se há vagas suficientes em sua escola para todos os alunos que a ela procuram 88% disseram que a quantidade de vagas atende a demanda, no entanto, a rede privada de ensino salienta que encontra dificuldades de atender a todos. “Não há, pois não temos estrutura suficiente para atender todos que procuram essa instituição de ensino” (Questionário B3).

Segundo os gestores escolares os principais motivos que podem tirar um aluno da escola são: o Trabalho infantil para ajudar no sustento da família e o desinteresse da família em acompanhar esses alunos na escola. Veremos mais adiante nas respostas dos demais agentes envolvidos com o PME que esses temas são recorrentes.

Referente ao outro grupo gestor foi aplicado questionários a 24 professores e Coordenadores pedagógicos. Essa amostra abrangeu a Educação Infantil, creche: 2º maternal; Pré-escola: 1º e 2º períodos; Ensino Fundamental I: 1º, 3º, 4º e 5º anos.

Quando perguntado se o PME/Mz é uma política pública necessária para corrigir problemas educacionais à maioria dos respondentes preferiu não opinar ou considerou parcialmente o documento. Desta maneira, houve argumentos no sentido de: “Já ouvi falar, mas ainda não li o documento”. (Questionário C12); “Não tive acesso”. (Questionário C19); “Ainda não tive oportunidade de acesso ao documento. Infelizmente só ouvi falar do (PME)”. (Questionário C23). Outra parcela dos docentes respondeu que considera por planejar, executar e avaliar a política pública educacional.

Ao ser perguntado aos professores se eles têm conhecimento no município de Mazagão (sede e distritos) de crianças, em idade escolar obrigatória, que estão fora da escola, houve praticamente um empate nas respostas, desse modo, pode-se inferir que os docentes conhecem crianças e adolescentes que deveriam está estudando, mas que não estão.

Foram apontados como fatores que impedem que crianças ou adolescentes não frequentem a escola, a falta de comprometimento da família; situação financeira destas e o trabalho, inclusive o infantil, para ajudar no sustento familiar. Essa pergunta foi similar à feita aos diretores escolares e as respostas se mantiveram iguais para os dois grupos de agentes. Segundo a PNAD-Trabalho Infantil (2016, p.1) as “pessoas ocupadas com rendimentos de 5 a 13 anos era de 26% e de 14 a 17 anos de 78%”. Assim, a ocupação aumenta de acordo a idade do indivíduo.

Ao ser perguntado os fatores que podem tirar crianças ou adolescentes da escola mesmo depois de terem sido regularmente matriculados e iniciarem o ano letivo, obteve-se as respostas: falta de comprometimento dos pais; mudança de domicílio; e o trabalho periódico, inclusive o infantil, para ajudar no sustento de casa. É necessário salientar que a diferença entre esta pergunta e a anterior é o fato de, neste caso, os alunos já terem iniciado o ano letivo. No caso do município de Mazagão, que possui aproximadamente 100 (cem) comunidades, distribuídas em sede, distritos, vilas e áreas de assentamento, a mudança para outra localidade dentro do município pode ocasionar abandono dos estudos, pois na maioria dos locais só existe uma escola da rede municipal, com apenas uma modalidade de ensino, logo a “mudança para área rural descobertas de escola”. (Questionário C14) é recorrente.

Os Usuários do Sistema Municipal de Ensino

O sistema municipal de ensino de Mazagão em sua organização conta com os usuários deste, que para o escopo da pesquisa será levada em consideração os alunos do 5º ano do Ensino fundamental de duas escolas da sede do referido ente federado, onde foram aplicados questionários em três turmas diferentes e um educandário da vila de Mazagão Velho, neste local foi pesquisada uma turma. No que se refere às famílias como um dos usuários, foi aplicado questionário nos locais já citados e mais o Distrito do Carvão, no mesmo município. Dessa forma, responderam aos questionários 65 (sessenta e cinco) alunos.

Ao perguntar ao público estudantil se eles acham a escola um espaço “legal”⁴ a totalidade de 97% (noventa e sete por cento) disse que sim. De todos os questionários o único lugar mencionado no sentido de ser melhor que a escola foi à instituição igreja. No que tange aos aspectos em que a escola precisa melhorar, os mais recorrentes foram: construção de quadra poliesportiva, reforma do estabelecimento e infraestrutura (este engloba diversos fatores que vão do pedagógico ao espaço físico).

Os três itens em que a escola precisa melhorar podem ainda ser sintetizados em melhoria em infraestrutura de modo geral. “reformatar a escola” (Questionário D22). “O prefeito poderia mandar fazer uma quadra para as crianças poderem ter aula de educação física” (Questionário D56). Quando perguntado se eles abandonariam a escola caso tivessem a oportunidade, 92% (noventa e dois por cento) respondeu que não abandonaria, dentre os quais demonstraram o interesse em abandonar, surgiu apenas dois motivos: para viajar (não foi especificado para onde seria a viagem) e para trabalhar.

Ao aplicar os questionários as famílias da Sede de Mazagão, Distrito de Carvão e Mazagão Velho, que possuíam filhos matriculados na rede municipal de ensino, obteve-se as respostas seguintes.

Quando perguntado se conhecem crianças e adolescentes que deveriam estar estudando, mas não estão à porcentagem de 83% (oitenta e três por cento) para o caso afirmativo se mostrou mais elevado em relação às respostas dos demais agentes envolvidos no PME/Mz: professores e alunos. A pergunta feita foi similar e esse aumento se deve ao fato da maioria dessas famílias possuírem uma ou mais crianças na idade escolar da educação infantil: creche ou pré-escola que não estavam matriculadas no ano de 2019.

⁴ As perguntas do questionário dos alunos foram elaboradas com palavras de fácil entendimento e do dia a dia dos discentes.

Ao ser questionado os fatores que levam uma criança ou adolescente a abandonar a escola, o desinteresse dos pais permanece recorrente e constituir família precocemente apareceu como um argumento novo. Para as autoras esse fato reflete:

Portanto, inicialmente nos discursos, um filho não é bem-vindo durante a adolescência [...] a gravidez na adolescência/juventude também possa levar à interrupção (temporária ou não) dos estudos e à reprodução de papéis mais tradicionais de mãe-mulher [...] (GONÇALVES e KNAUTH, 2006, p. 633).

Perguntados se conhecem alguma ação governamental nas três esferas de competência que ajuda crianças e adolescentes a permanecerem na escola, 94% (noventa e quatro por cento) respondeu o Programa “Bolsa Família” como ação federal e o “Renda para Viver melhor” como ação estadual. O número de respondentes que disseram ser o Bolsa família uma ação para manter os alunos na escola é a mesma citada, já para o programa estadual, esse indicador foi menor, dividindo espaço com outros programas que apareceram em menor incidência. Tal política pública de transferência de renda teve seu início em 2003 e persiste até os dias atuais.

Dez meses após assumir a Presidência da República, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o Programa Bolsa Família, unificando os programas Bolsa Escola, Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAAL), Bolsa Alimentação e Programa Auxílio-Gás. Classificado como transferência de renda com condicionalidades, prevê benefícios básicos e benefícios variáveis, diferenciados pela situação de extrema pobreza e pobreza. Isso significa que as transferências são focalizadas com base em uma definição instrumental de pobreza. (ARRAIS, 2016, p. 2010-2011).

Desse modo, o Programa Bolsa Família tem impacto em diversos setores sociais e a educação é um deles, os autores Melo e Duarte (2010, p.637) afirmam que ele por si não diminuiu o trabalho de crianças e adolescentes, mas impacta diretamente na frequência escolar “[...] avaliações mais gerais para o País, indicam que, apesar de não conseguir diminuir o trabalho infantil, o programa é capaz de aumentar a frequência escolar dos beneficiários do Bolsa Família.”

O trabalho desde cedo para ajudar a renda manteve-se persistente em todos os questionários e os familiares relatam que essa prática já era recorrente em outrora, pois afirmam “Sim, teve que sustentar a família no lugar do pai que abandonou sua família.” (Questionário E3). “Sim, teve que trabalhar pra sustentar a família” (Questionário E7). Para Mesquita e Ramalho (2015, p. 99) “Já quanto à distribuição regional, o trabalho infantil é mais concentrado nas regiões Norte (9%) e Nordeste (8%); fato que pode reforçar as desigualdades regionais e as condições econômicas das crianças trabalhadoras na vida adulta”. Desse modo, essa prática é recorrente nos dias atuais e no município de Mazagão.

Considerações Finais

No que se refere ao cumprimento do PME/Mz, é possível dividir as considerações em três níveis distintos, a saber: Universalização do Ensino, Erradicação do Analfabetismo

e observações gerais. Concernente ao direito constitucional de todos terem o direito a educação, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) estipula a idade obrigatória para se está na escola que vai dos 04 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade. E de 0 (zero) a 03 (três) anos em caráter facultativo, ou seja, toda criança, nesta idade através do seu responsável legal tem direito a uma vaga em escola pública, caso queira.

Para a faixa etária de 06 (seis) a 14 (quatorze) anos, as matrículas que estão sob a égide do sistema municipal de ensino, seguem o panorama nacional e está praticamente universalizado com uma taxa aproximada de 99,2% (noventa e nove vírgula dois por cento) dos alunos matriculados. Desse modo, a meta para esse público foi alcançada.

A faixa etária dos 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos do ensino fundamental não é atendida pelo município de maneira regular, esse público faz parte do ensino fundamental II que vai do 6º ao 9º ano. Na educação infantil, na faixa etária de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos a obrigatoriedade de matrícula é datada do ano de 2013 por força de lei federal, o Censo Demográfico de 2010 demonstrou em sua publicação que 267 (duzentos e sessenta e sete) crianças nesta faixa etária nunca tinham frequentado a escola. Desse modo, procedeu-se as análises de um período de 8 (oito) anos de (2010-2017) e observou-se que as matrículas se mantiveram estáveis para essa clientela.

Quando se é levado em consideração à faixa etária de 0 (zero) a 03 (três) anos de idade, os dados demonstram um distanciamento exponencial da meta em oferecer educação a todos, pois tomados os dados do Censo de 2010, tem-se que 72% (setenta e dois por cento) dos 1.983 (um mil novecentos e oitenta e três) habitantes que nunca frequentaram a escola no município de Mazagão estão na faixa etária de 0 a 3 anos de idade. Este dado demonstra a disparidade de matrículas entre as faixas etárias.

Concernente à erradicação do analfabetismo, o município de Mazagão segue o panorama nacional, ou seja, não diminuiu ao ponto de ser erradicado e alguns fatores se associam para o não alcance das metas. O IDEB do município é baixo e do ano de 2007 a 2017 este ente federado alcançou a meta somente no ano de 2011, ou seja, a educação oferecida aos alunos nesta rede de ensino não possui a qualidade que se deseja. Vale ressaltar que o IDEB é o único indicador nacional que atesta a qualidade da educação oferecida, através do índice de aprovação e rendimento na prova Brasil aplicada aos alunos concluintes do ensino fundamental I, 5º ano.

Um dos fatores não trabalhados de forma efetiva no PME/Mz que impacta diretamente, tanto na universalização do ensino, quanto na erradicação do analfabetismo é o trabalho infantil. Durante a pesquisa esse fator mostrou ser o responsável por ter tirado as pessoas da escola em décadas passadas e continua tirando nos dias atuais. Dessa maneira, o trabalho infantil contribuiu efetivamente para o índice de analfabetos presentes neste local.

O trabalho infantil de crianças e adolescentes mostrou ser capaz de tirar da escola os discentes durante o período letivo, ou seja, mesmo após matriculados, os alunos em certa porcentagem abandonaram a escola. Assim, é necessário que os órgãos de proteção dos direitos das crianças e adolescentes intervenham para que seja criada uma rede de proteção ao labor pueril.

Referências bibliográficas

AMAPÁ. Lei n. 1.907, de 24 de Junho de 2015. **Dispõe sobre o Plano Estadual de Educação - PEE, para o decênio 2015 -2025, e dá outras providências.** Publicada no Diário Oficial do Estado nº 5982, de 24.06.2015. Amapá, 24 jun. 2015.

ARRAIS, Tadeu Alencar. O Bolsa Família e a tradução regional da questão social. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo , n. 65, p. 200-226, dez. 2016 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742016000300200&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 27 mai. 2019.

AVRITZER, Leonardo. A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate. In: PIRES, R. R. (Org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação.** Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, 20 dez. 1996.

_____. Lei n. 10.172, de 9 de Janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.** Brasília, 9 jan. 2001.

_____. Lei nº 13.005, de 26 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.** Brasília, 26 jun. 2014.

GONÇALVES, Helen; KNAUTH, Daniela Riva. Aproveitar a vida, juventude e gravidez. **Rev. Antropol.**, São Paulo , v. 49, n. 2, p. 625-643, dez. 2006 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012006000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 27 mai. 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo demográfico de 2010.** Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=249230>> . Acesso em: 14 de abr. 2019.

_____. **Censo demográfico de 2010, Mazagão: Amostra Educação.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/mazagao/pesquisa/23/22469?detalhes=true>> Acesso em: 23 de mar. 2019.

_____. **Variável - população residente estimada (pessoas).** Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579#resultado>> Acesso em: 23 de mar. 2019.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2016. (PNAD CONTÍNUA-EDUCAÇÃO)**

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2016. (PNAD CONTÍNUA-TRABALO INFANTIL)**

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2017. (PNAD CONTÍNUA-EDUCAÇÃO)**

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **IDEB - Resultados e Metas, Mazagão.** Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/home.seam?cid=1842976>>. Acesso em: 25 de mar. 2019.

MAZAGÃO. Lei nº 352, de 24 de Junho de 2015. **Aprova o Plano Municipal de Educação - PME/Mazagão e dá outras providências.** Mazagão, 24 jun.2015.

MELO, Raul da Mota Silveira; DUARTE, Gisléia Benini. Impacto do Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar: o caso da agricultura familiar no Nordeste do Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 48, n. 3, p. 635-657, set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032010000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 27 mai. 2019.

MESQUITA, Shirley Pereira de; RAMALHO, Hilton Martins de Brito. Trabalho infantil no Brasil urbano: qual a importância da estrutura familiar?. **Rev. econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v.19, n.1, p.97-134, abr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482015000100097&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: Acesso em 25 mai. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Organizadora). **Pesquisa Social: Teoria, Método Criatividade**. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SECRETARIA MUNICIAPL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MAZAGÃO (SEMED/Mz). Departamento de Informática, 2019.